

## Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro

**Com as alterações introduzidas por:** Decreto-Lei n.º 141/2009; Decreto-Lei n.º 268/2009; Decreto-Lei n.º 48/2011; Decreto-Lei n.º 204/2012;

### Índice

#### – Diploma

- Capítulo I *Âmbito*
  - Artigo 1.º *Âmbito*
  - Artigo 2.º *Recintos de espectáculos e de divertimentos públicos*
  - Artigo 3.º *Recintos de diversão e recintos destinados a espectáculos de natureza não artística*
  - Artigo 4.º *Recintos desportivos* **REVOGADO**
  - Artigo 5.º *Espaços de jogo e recreio*
  - Artigo 6.º *Recintos itinerantes* **REVOGADO**
  - Artigo 7.º *Recintos improvisados* **REVOGADO**
  - Artigo 7.º-A *Recintos de diversão provisória*
- Capítulo II *Instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos*
  - Secção I *Regime geral*
    - Artigo 8.º *Normas técnicas e de segurança*
    - Artigo 9.º *Regime aplicável à instalação*
    - Artigo 10.º *Licença de utilização*
    - Artigo 11.º *Vistoria*
    - Artigo 12.º *Emissão da licença e deferimento tácito*
    - Artigo 13.º *Especificações do alvará*
    - Artigo 14.º *Certificado de inspecção*
    - Artigo 15.º *Responsabilidade dos autores dos projectos, dos empreiteiros e dos construtores*
    - Artigo 16.º
    - Artigo 17.º *Recintos sem licença de utilização*
  - Secção II *Recintos itinerantes e improvisados*
    - Artigo 18.º *Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes* **REVOGADO**
    - Artigo 19.º *Licença de instalação e de funcionamento de recintos improvisados* **REVOGADO**
- Capítulo III *Fiscalização e sanções*
  - Secção I *Fiscalização*
    - Artigo 20.º *Entidades com competência de fiscalização*
  - Secção II *Sanções*
    - Artigo 21.º *Contra-ordenações*
    - Artigo 22.º *Sanções acessórias*
    - Artigo 23.º *Competência para a instrução e aplicação das sanções*
- Capítulo IV *Disposições finais e transitórias*
  - Artigo 24.º *Regime aplicável às autarquias locais*
  - Artigo 25.º *Regime aplicável aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos existentes*
  - Artigo 26.º *Força policial*
  - Artigo 27.º *Revogação*
  - Artigo 28.º *Entrada em vigor*

## Diploma

*Regula a instalação e o financiamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais, em desenvolvimento do regime previsto na alínea s) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro*

Decreto-Lei n.º 309/2002

de 16 de Dezembro

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, estabeleceu o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, assim como a delimitação da intervenção da administração central e local, prevendo, na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º, com a epígrafe «Tempos livres e desporto», que é da competência dos órgãos municipais licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos.

O artigo 13.º do Orçamento do Estado para 2001, aprovado pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, veio definir o elenco de matérias relativamente às quais o Governo toma as providências regulamentares necessárias à concretização da transferência de atribuições e competências da administração central para os municípios, bem como, caso aquelas estejam já cometidas aos municípios, procede à revisão do correspondente quadro regulamentar.

É na alínea s) do n.º 1 do referido artigo 13.º que se faz referência ao licenciamento e à fiscalização de recintos de espectáculos, matéria que, parcialmente, se insere na esfera de competências das câmaras municipais. Outras entidades existem com competências nesta matéria, como sejam a Inspeção-Geral das Actividades Culturais, no caso dos recintos de espectáculos de natureza artística, e o Instituto Nacional do Desporto, no caso dos recintos com diversões aquáticas e das instalações desportivas de uso público.

O actual quadro regulamentar em vigor no que respeita aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos é composto por legislação bastante vasta e dispersa, que comete aos municípios o licenciamento e a fiscalização de grande variedade deste tipo de recintos.

Todavia, este quadro legal tem-se mostrado insuficiente:

Em primeiro lugar, pelo facto de o diploma aplicável aos recintos de espectáculos e divertimentos públicos que não são de natureza artística, ou que não estão previstos em regime especial - o Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro - não identificar estes recintos, o que claramente gera situações de conflito negativo de competências e dificulta a verificação do cumprimento da lei pelas entidades com competência para a fiscalização;

Em segundo lugar, em virtude de não consagrar uma preocupação efectiva com a qualidade e a segurança deste tipo de recintos, aspectos que se consideram fundamentais para a protecção e defesa dos direitos e interesses dos cidadãos que os utilizam; e

Por último, por não prever um regime de garantia de ressarcimento de eventuais prejuízos causados e de responsabilização dos intervenientes no processo, nomeadamente os proprietários, os promotores dos espectáculos, os autores dos projectos, os empreiteiros e os construtores civis.

É com este tipo de recintos de espectáculos e de divertimentos públicos que o presente diploma se preocupa, já que em relação aos que estão consagrados em legislação especial existe um regime próprio e mais pormenorizado. Legislação esta que acolhe uma preocupação com a segurança dos utentes e a qualidade da construção e funcionamento desses recintos, como é o caso dos recintos com diversões aquáticas, dos estádios, dos recintos desportivos e dos espaços de jogo e recreio.

O presente diploma visa, assim, rever o regime geral aplicável aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos da competência das autarquias locais, que resulta do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro, consagrando as seguintes inovações:

Por um lado, identificam-se e definem-se os tipos de recintos de espectáculos e de divertimentos públicos a que se aplica o presente diploma, procurando-se enumerar a título exemplificativo os recintos que se enquadram em cada um dos diferentes conceitos. São também referidas as normas técnicas e de segurança aplicáveis a cada um dos diferentes tipos;

Por outro lado, cria-se um regime de certificação do cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis a cada um dos tipos de recintos, por entidades autónomas dos serviços municipais, qualificadas no âmbito do Sistema Português da Qualidade.

Esta certificação encontra-se prevista em dois momentos considerados essenciais no processo de licenciamento municipal da construção do recinto, ou seja, o da aprovação dos projectos e o da emissão da licença de utilização. O cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis bem como a manutenção da qualidade do recinto são também garantidos na medida em que os proprietários e ou os promotores dos espectáculos devem apresentar certificados de inspecção para a emissão ou renovação da licença de utilização.

Garantia não menos importante que este diploma consagra consiste na definição de um prazo de validade e de caducidade para a licença de utilização emitida ao abrigo do regime nele previsto.

Por último, e tendo em vista a garantia do ressarcimento dos danos e prejuízos causados em caso de acidente, dado o elevado grau de risco e o iminente perigo para a integridade física dos utentes, estabelece-se a obrigatoriedade da celebração de um

seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos do exercício das actividades dos intervenientes no processo e de um seguro de acidentes pessoais que cubra os danos causados nos utentes, em caso de acidente.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

No desenvolvimento do regime estabelecido na alínea s) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **Capítulo I**

### *Âmbito*

## **Artigo 1.º**

### *Âmbito*

1 - O presente diploma regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos.

2 - São excluídos do âmbito de aplicação do presente diploma:

- a) Os recintos de espectáculos de natureza artística previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro;
- b) Os recintos com diversões aquáticas previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março.

3 - São igualmente excluídos do âmbito de aplicação do presente diploma os espectáculos e divertimentos de natureza familiar que se realizem sem fins lucrativos, para recreio dos membros da família e convidados, quer tenham lugar no próprio lar familiar quer em recinto obtido para o efeito.

## **Artigo 2.º**

### *Recintos de espectáculos e de divertimentos públicos*

Para os efeitos do presente diploma, são considerados como recintos de espectáculos e de divertimentos públicos:

- a) Os recintos de diversão e os recintos destinados a espectáculos de natureza não artística;
- b) (Revogada);
- c) (Revogada);
- d) Os espaços de jogo e recreio previstos no artigo 2.º do regulamento das condições técnicas e de segurança aprovado pelo Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro;
- e) (Revogada.)
- f) (Revogada.)
- g) Recintos de diversão provisória.

### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 24.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009 - Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

Alterado pelo/a Artigo 33.º do/a [Decreto-Lei n.º 141/2009 - Diário da República n.º 114/2009, Série I de 2009-06-16](#), em vigor a partir de 2009-08-15

## **Artigo 3.º**

### *Recintos de diversão e recintos destinados a espectáculos de natureza não artística*

1 - Para os efeitos do presente diploma, são considerados como recintos de diversão e recintos destinados a espectáculos de natureza não artística os locais, públicos ou privados, construídos ou adaptados para o efeito, na sequência de um processo de licenciamento municipal, designadamente:

- a) Bares com música ao vivo;
- b) Discotecas e similares;
- c) Feiras populares;
- d) Salões de baile;
- e) Salões de festas;
- f) Salas de jogos eléctricos;

- g) Salas de jogos manuais;
  - h) Parques temáticos.
- 2 - (Revogado).

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 41.º do/a [Decreto-Lei n.º 48/2011](#) - [Diário da República n.º 65/2011, Série I de 2011-04-01](#), em vigor a partir de 2011-05-02

**Artigo 4.º**

*Recintos desportivos*

**REVOGADO**

**Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 33.º do/a [Decreto-Lei n.º 141/2009](#) - [Diário da República n.º 114/2009, Série I de 2009-06-16](#), em vigor a partir de 2009-08-15

**Artigo 5.º**

*Espaços de jogo e recreio*

Espaços de jogo e recreio são os espaços previstos no regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, sem prejuízo do disposto no artigo 32.º do mesmo diploma legal.

**Artigo 6.º**

*Recintos itinerantes*

**REVOGADO**

**Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 28.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009](#) - [Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

**Artigo 7.º**

*Recintos improvisados*

**REVOGADO**

**Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 28.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009](#) - [Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

**Artigo 7.º-A**

*Recintos de diversão provisória*

1 - São considerados recintos de diversão provisória os espaços vocacionados e licenciados para outros fins que, acidentalmente, sejam utilizados para a realização de espectáculos e de divertimentos públicos, independentemente da necessidade de adaptação, nomeadamente:

- a) Estádios e pavilhões desportivos, quando utilizados para espectáculos de natureza artística ou outra;
- b) Garagens;
- c) Armazéns;
- d) Estabelecimentos de restauração e bebidas.

2 - A realização de espectáculos e de divertimentos públicos, com carácter de continuidade, em recintos de diversão provisória, fica sujeita ao regime da licença de utilização prevista nos artigos 9.º a 15.º

**Alterações**

Aditado pelo/a Artigo 25.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009](#) - [Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

**Capítulo II**

*Instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos*

## Secção I

### *Regime geral*

## Artigo 8.º

### *Normas técnicas e de segurança*

1 - Aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos são aplicáveis as seguintes normas técnicas e de segurança:

- a) Aos de natureza não artística previstos no n.º 2 do artigo 3.º aplicam-se as normas do Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro, aplicáveis aos recintos de espectáculo de natureza artística;
- b) (Revogada);
- c) Aos espaços de jogo e recreio aplicam-se as normas do regulamento das condições técnicas e de segurança aprovado pelo Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro;
- d) Aos de natureza não artística referidos no n.º 1 do artigo 3.º, aplica-se, sempre que os mesmos envolvam a instalação de equipamentos de diversão, o disposto no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro, sendo aplicáveis as normas constantes do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, e da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, nos restantes casos;
- e) Aos recintos de diversão provisória previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º-A, e sempre que os mesmos envolvam a instalação de equipamentos de diversão, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro.

2 - (Revogado.)

### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 24.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009 - Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

Alterado pelo/a Artigo 33.º do/a [Decreto-Lei n.º 141/2009 - Diário da República n.º 114/2009, Série I de 2009-06-16](#), em vigor a partir de 2009-08-15

## Artigo 9.º

### *Regime aplicável à instalação*

1 - A instalação de recintos fixos de espectáculos e de divertimentos públicos obedece ao regime jurídico da urbanização e da edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, com as especificidades estabelecidas no presente diploma.

2 - A aprovação dos projectos para a emissão de licença de construção está sujeita a parecer favorável dos corpos de bombeiros profissionais, quando existam, ou do Serviço Nacional de Bombeiros.

3 - Os pedidos de licenciamento relativos à instalação dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos devem ser instruídos nos termos da legislação referida no n.º 1 e ainda com os elementos constantes de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela tutela da cultura ou do desporto, consoante o caso, do Serviço Nacional de Bombeiros e das autarquias locais.

4 - Até à entrada em vigor da portaria referida no número anterior, o presidente da câmara municipal, uma vez entregue o pedido de licenciamento, pode solicitar a apresentação de declaração, a emitir por entidade qualificada nos termos do n.º 3 do artigo 14.º, de que na concepção dos projectos foram acauteladas as condições técnicas e de segurança aplicáveis.

## Artigo 10.º

### *Licença de utilização*

1 - O funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos, com excepção dos recintos itinerantes e recintos improvisados, depende da emissão de licença de utilização, nos termos dos artigos seguintes, a qual constitui a licença prevista no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

2 - A licença de utilização destina-se a comprovar, para além da conformidade da obra concluída com o projecto aprovado, a adequação do recinto ao uso previsto, bem como a observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis e ainda as relativas às condições sanitárias e à segurança contra riscos de incêndio.

3 - A emissão da licença de utilização está sujeita à realização de vistoria nos termos do artigo 11.º

4 - A licença de utilização caduca:

- a) (Revogada.)
- b) (Revogada.)
- c) Se tiverem sido realizadas obras ou intervenções que alterem a morfologia ou as condições de segurança e funcionais edificadas.

5 - A emissão da licença de utilização depende de requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia simples do certificado de inspeção, a emitir por entidade qualificada nos termos do artigo 14.º;
- b) Cópia simples da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida;
- c) Cópia simples da apólice de seguro de acidentes pessoais, válida.

6 - Os seguros referidos no número anterior podem ser substituídos por garantia ou instrumento financeiro equivalentes, subscritos noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

7 - Quando nos recintos, simultaneamente e com carácter de prevalência, se desenvolvam atividades de restauração ou de bebidas, devem ser igualmente cumpridas as respetivas formalidades impostas pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

8 - A licença de utilização é titulada por alvará que, para além dos elementos referidos no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, deve conter as especificações previstas no artigo 13.º

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 204/2012](#) - [Diário da República n.º 167/2012, Série I de 2012-08-29](#), em vigor a partir de 2012-08-30

### **Artigo 11.º**

#### *Vistoria*

1 - Para os efeitos da emissão da licença de utilização, a vistoria deve realizar-se no prazo de 30 dias a contar da data da apresentação do requerimento previsto no n.º 5 do artigo 10.º e, sempre que possível, em data a acordar com o interessado.

2 - A vistoria é efectuada por uma comissão composta por:

- a) Dois técnicos a designar pela câmara municipal, tendo, pelo menos um deles, formação e habilitação legal para assinar projectos previstos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho;
- b) Um representante do Serviço Nacional de Bombeiros, a convocar pela câmara municipal com a antecedência mínima de oito dias;
- c) Um representante da autoridade de saúde competente, a convocar nos termos da alínea anterior, sempre que se considere relevante a avaliação das condições sanitárias do recinto, designadamente em situações de risco para a saúde pública.

3 - A ausência de qualquer dos membros referidos no número anterior não é impeditiva da realização da vistoria, ficando a emissão da licença de utilização condicionada à apresentação de parecer pela entidade não representada, no prazo de cinco dias, valendo o seu silêncio como concordância.

4 - A comissão referida no n.º 2, depois de proceder à vistoria, elabora o respectivo auto, do qual devem constar o nome do responsável pelas condições gerais e de segurança do recinto, a lotação para cada uma das actividades a que este se destina e, quando se trate de salas de jogos, o número máximo de unidades de diversão ou aparelhos de jogo a instalar.

5 - Quando o auto de vistoria conclua em sentido desfavorável, ou quando seja desfavorável o voto fundamentado de um dos elementos referidos no n.º 2, não pode ser emitido o alvará da licença de utilização enquanto não forem removidas as causas que justificaram tal decisão, notificando-se o requerente no prazo de 15 dias a contar da data da realização da vistoria.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 204/2012](#) - [Diário da República n.º 167/2012, Série I de 2012-08-29](#), em vigor a partir de 2012-08-30

### **Artigo 12.º**

#### *Emissão da licença e deferimento tácito*

1 - O alvará da licença de utilização para recintos de espetáculos e de divertimentos públicos é emitido por decisão do presidente da câmara municipal, no prazo de 15 dias a contar da data da realização da vistoria referida no artigo anterior ou do termo do prazo para a sua realização.

2 - A falta de emissão do alvará no prazo previsto no número anterior ou a falta da notificação prevista no n.º 5 do artigo anterior vale como deferimento tácito do pedido daquela licença de utilização.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 204/2012](#) - [Diário da República n.º 167/2012, Série I de 2012-08-29](#), em vigor a partir de 2012-08-30

### Artigo 13.º

#### *Especificações do alvará*

- 1 - O alvará da licença de utilização para recintos de espectáculos e de divertimentos públicos deve discriminar a identificação do recinto e da entidade exploradora, o nome do proprietário e do responsável pelas condições gerais e de segurança do recinto, a actividade ou actividades a que o recinto se destina, a sua lotação para cada actividade e, no caso das salas ou recintos de jogos, a capacidade máxima do número de equipamentos de diversão e de jogos a instalar.
- 2 - Sempre que haja alteração de qualquer dos elementos constantes do alvará, a entidade titular da licença de utilização ou a entidade exploradora do recinto deve, para os efeitos de averbamento, comunicar o facto à câmara municipal no prazo de 30 dias a contar da data da sua verificação.
- 3 - O modelo de alvará referido neste artigo é aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela tutela das autarquias locais, do ordenamento do território e do Serviço Nacional de Bombeiros.

### Artigo 14.º

#### *Certificado de inspecção*

- 1 - O certificado de inspecção visa atestar que o empreendimento cumpre e mantém os requisitos especificados nas normas técnicas e de segurança aplicáveis, previstas no artigo 8.º
- 2 - Os certificados de inspecção são emitidos por entidades acreditadas para o efeito pelo Instituto Português de Acreditação, I. P.
- 3 - (Revogado.)
- 4 - Os proprietários ou os promotores de recintos de espetáculos e de divertimentos públicos devem solicitar uma inspecção à entidade referida no n.º 2 até 30 dias antes da data em que se cumpram três anos de anterior solicitação de inspecção.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 204/2012](#) - [Diário da República n.º 167/2012, Série I de 2012-08-29](#), em vigor a partir de 2012-08-30

### Artigo 15.º

#### *Responsabilidade dos autores dos projectos, dos empreiteiros e dos construtores*

Os autores dos projectos, os empreiteiros e os construtores são obrigados a apresentar seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos do exercício da respectiva actividade, em termos e condições a aprovar por decreto regulamentar.

### Artigo 16.º

Responsabilidade dos proprietários dos recintos e dos divertimentos e dos promotores dos espectáculos

Os proprietários dos recintos de espectáculos e dos divertimentos públicos, bem como os respectivos promotores, são obrigados a apresentar seguro de acidentes pessoais que cubra os danos e lesões corporais sofridos pelos utentes em caso de acidente.

### Artigo 17.º

#### *Recintos sem licença de utilização*

A utilização, total ou parcial, de recintos que não possuam a licença de utilização para os efeitos de realização de espectáculos e de divertimentos públicos carece daquela licença, a requerer e a emitir nos termos dos artigos anteriores.

## Secção II

### *Recintos itinerantes e improvisados*

### Artigo 18.º

#### *Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes*

#### **REVOGADO**

#### **Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 28.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009](#) - [Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29



## **Artigo 19.º**

*Licença de instalação e de funcionamento de recintos improvisados*

### **REVOGADO**

#### **Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 28.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009 - Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

## **Capítulo III**

*Fiscalização e sanções*

### **Secção I**

*Fiscalização*

## **Artigo 20.º**

*Entidades com competência de fiscalização*

- 1 - São competentes para proceder à fiscalização dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos abrangidos pelo presente diploma todas as entidades intervenientes nos licenciamentos de construção, de utilização e de instalação e funcionamento dos recintos, bem como as autoridades administrativas e policiais, no âmbito das respectivas competências.
- 2 - As autoridades administrativas e policiais que verifiquem infracções ao disposto no presente diploma devem elaborar os respectivos autos de notícia, que remetem às câmaras municipais no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- 3 - Todas as entidades fiscalizadoras devem prestar às câmaras municipais a colaboração que lhes seja solicitada.

### **Secção II**

*Sanções*

## **Artigo 21.º**

*Contra-ordenações*

- 1 - Sem prejuízo das contraordenações previstas nos regulamentos das normas técnicas e de segurança aplicáveis, constituem contraordenações, puníveis com as seguintes coimas:
  - a) A violação do disposto nos artigos 9.º e 10.º, no n.º 4 do artigo 14.º e no artigo 17.º é punível com coima de (euro) 498,80 até ao máximo de (euro) 3740,98 no caso de se tratar de pessoa singular ou até (euro) 44 891,81 no caso de se tratar de pessoa colectiva;
  - b) A falta do seguro a que se referem os artigos 15.º e 16.º é punível com coima de (euro) 2493,99 até ao máximo de (euro) 3740,98 no caso de se tratar de pessoa singular ou até (euro) 44891,81 no caso de se tratar de pessoa colectiva;
  - c) (Revogada.)
- 2 - A negligência e a tentativa são puníveis.
- 3 - No caso de tentativa, as coimas previstas no n.º 1 são reduzidas para metade nos seus limites máximos e mínimos.
- 4 - Às contra-ordenações previstas no presente diploma e em tudo o que nele não se encontrar especialmente regulado são aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 356/89, de 17 de Outubro, e 244/95, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 204/2012 - Diário da República n.º 167/2012, Série I de 2012-08-29](#), em vigor a partir de 2012-08-30

Alterado pelo/a Artigo 24.º do/a [Decreto-Lei n.º 268/2009 - Diário da República n.º 189/2009, Série I de 2009-09-29](#), em vigor a partir de 2009-10-29

## **Artigo 22.º**



*Sanções acessórias*

1 - Para além da coima que couber ao tipo de infracção cometida nos termos do artigo anterior, podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Interdição do exercício da actividade;
- b) Encerramento do recinto;
- c) Revogação total ou parcial da licença de utilização;
- d) Interdição de funcionamento do divertimento;
- e) Cassação do alvará de licença de utilização;
- f) Suspensão da licença de utilização.

2 - As sanções referidas nas alíneas a), b), c), d) e f) têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória, findos os quais pode ser apresentado pedido de renovação da licença de utilização, nos termos dos artigos 10.º a 14.º, ou da licença de instalação e funcionamento, nos termos dos artigos 18.º e 19.º

3 - Quando for aplicada a sanção acessória de encerramento do recinto, o presidente da câmara municipal deve apreender o respectivo alvará de licença de utilização pelo período de duração daquela sanção.

**Artigo 23.º**

*Competência para a instrução e aplicação das sanções*

1 - A instrução dos processos de contra-ordenação compete às câmaras municipais, na sequência do auto de notícia levantado por qualquer das entidades referidas no artigo 20.º

2 - A decisão sobre a instauração dos processos de contra-ordenação, a designação do instrutor e a aplicação das coimas e sanções acessórias previstas neste diploma competem ao presidente da câmara municipal, podendo ser delegada em qualquer dos restantes membros do executivo camarário.

3 - O produto das coimas aplicadas pelo presidente da câmara municipal no âmbito das respectivas competências, bem como das que forem cobradas em juízo, constitui receita dos municípios.

**Capítulo IV**

*Disposições finais e transitórias*

**Artigo 24.º**

*Regime aplicável às autarquias locais*

Sem prejuízo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, quando as autarquias locais forem proprietárias de recintos ou promotoras de espectáculos ou divertimentos públicos, devem observar o regime estabelecido no presente diploma, designadamente no que se refere às normas técnicas e de segurança aplicáveis e aos seguros obrigatórios de responsabilidade civil e de acidentes pessoais.

**Artigo 25.º**

*Regime aplicável aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos existentes*

1 - O disposto no presente diploma aplica-se aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos existentes à data da sua entrada em vigor.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as licenças de recinto emitidas pela Direcção-Geral dos Espectáculos ao abrigo da legislação revogada pelo presente diploma são substituídas pela licença de utilização prevista no artigo 10.º, ficando a respectiva emissão dependente apenas da realização da vistoria prevista no artigo 11.º

**Artigo 26.º**

*Força policial*

1 - O promotor do espectáculo pode requisitar, sempre que o julgar necessário para a manutenção da ordem pública, uma força policial da zona onde se situe o recinto.

2 - A força policial prevista no número anterior terá a composição que vier a ser fixada pelo respectivo comandante.

3 - O promotor do espectáculo quando não solicitar a presença da força policial fica responsável pela manutenção da ordem no respectivo recinto.

### **Artigo 27.º**

#### *Revogação*

1 - São revogados os artigos 20.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro.

2 - São ainda revogados os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 35.º, 37.º e 43.º a 46.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro, na parte relativa aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos previstos no presente diploma.

### **Artigo 28.º**

#### *Entrada em vigor*

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2003.